

Mulher pede direito de resposta a outra

Jacqueline Pitanguy de Romani, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entrou ontem no TRE com o primeiro pedido de direito de resposta nas eleições de Brasília, através de representação contra Leiva Santos, candidato a deputada federal pelo PDS.

A representação tem por base declarações de Leiva Santos no horário gratuito do Partido do dia 2 de outubro chamando, textualmente, o órgão ligado ao Ministério da Justiça de «patrocinador de viagens nacionais e internacionais de seus dirigentes».

A representação tem as assinaturas da presidente do Conselho de Mulheres e do advogado do PMDB, Fernando Neves da Silva, e requer que o tempo de resposta seja fixado em 1 minuto, no horário noturno reservado à propaganda eleitoral do PDS, conforme dispõe o artigo 30, § 1º, b, da Lei 5 250, de 1967.

Segundo a coordenadora de Comunicação, Marilena Chiarelli, a atual direção do Conselho, composta por uma presidente e três diretoras, nunca fez viagens internacionais por conta do órgão e «se a candidata do PDS tivesse ido ao Conselho informar-se dos fatos, não teria feito essa afirmação mentirosa». Ela lamenta que logo uma mulher faça declarações ofensivas ao Conselho, sem nem mesmo conhecer o seu trabalho:

— Além de desmentir as declarações, a presidente do Conselho vai convidar a candidata Leiva Santos a conhecer as atividades do Conselho, que envolvem a coordenação dos Conselhos estaduais da Condição Feminina e o trabalho de seis comissões nas áreas de violência, educação, legislação, creche, saúde e trabalho.